



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora,  
Presidente da Comissão Parlamentar de  
Cultura e Comunicação  
Deputada Ana Paula Vitorino

**Assunto:** Pedido de aditamento de um novo ponto à OD da Reunião de 02 de Junho de 2021

O Serviço Público de Rádio e Televisão é atribuído pelo Estado à Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP), através de um contrato de concessão, nos termos da Lei da Televisão e da Lei da Rádio.

O Contrato de Concessão, celebrado em 2015, com a duração de 16 anos, definiu os objetivos do serviço público, fixou as obrigações específicas da Concessionária e determinou as suas orientações estratégicas. Ficou ainda estipulada a revisão do contrato a cada 4 anos, ou sempre que se justificasse, em conformidade com o princípio da liberdade contratual.

Considerando que:

- a) A revisão do contrato de concessão do serviço público da Rádio e Televisão de Portugal deveria ter acontecido em 2019, mas só agora se encontra em consulta pública a proposta de novo Contrato, apresentada pelo Governo com dois anos de atraso;
- b) Como resultado de algumas medidas propostas agora pelo Governo, a RTP irá necessariamente registar um aumento significativo de despesas, sem que se vislumbre de que forma se garante a sustentabilidade financeira da empresa;



GRUPO PARLAMENTAR

- c) Existe a generalizada convicção junto das estruturas sindicais e Comissão de Trabalhadores (conforme Comunicado conjunto da Comissão de Trabalhadores – CT, Federação dos Engenheiros – F.E., Sindicato das Comunicações de Portugal – SICOMP, Sindicato Independente dos Trabalhadores da Indústria e Comunicações – SITIC, Sindicato dos Jornalistas – SJ, Sindicato dos Meios Audiovisuais – SMAV e Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual – SINTTAV) que continua adiada a necessária aposta nos Recursos Humanos e no reequipamento tecnológico;
- d) O Governo não identifica nenhuma forma de obtenção do financiamento necessário, antes retira meios financeiros como sejam as receitas de publicidade;
- e) Estamos perante um documento fulcral pois é o contrato de concessão do serviço público da Rádio e Televisão de Portugal que estabelece as obrigações, o funcionamento e financiamento da empresa para os próximos anos.

O Grupo Parlamentar do PSD vem requerer que seja aditado à OD da Reunião de 02 de Junho de 2021, o seguinte Ponto: *Discussão e aprovação da realização de uma Conferência Parlamentar, subordinada ao tema "RTP – Serviço Público – Contrato de Concessão", em moldes a aprovar.*

Assembleia da República, 27 de maio de 2021

O Deputado,

Paulo Rios de Oliveira



GRUPO PARLAMENTAR